

públicos e de contenção do crescimento das despesas correntes primárias.

Art. 11 - A exclusão ou a alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de novo programa serão propostos pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico de alteração da Lei do Plano Plurianual.

§1º Os projetos de lei de revisão anual serão encaminhados à Câmara Municipal até 31 de agosto de 2018, 2019 e 2020.

§2º Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual conterão, no mínimo, na hipótese de:

I – Inclusão de programas ou ação:

a) diagnóstico sobre a atual situação do problema ou demanda da sociedade que se queira atender com o programa proposto;

b) indicação dos recursos que financiarão o programa ou a ação proposta.

II – Alteração ou exclusão de programa ou ações:

a) Exposição dos motivos que ensejam a proposta.

§3º Considera-se alteração de programa:

I – Modificação da denominação, do objetivo ou do público-alvo;

II – Inclusão ou exclusão de ações;

III – Alteração do título, do produto e da unidade de medida das ações.

§4º As alterações previstas no inciso III do §3º poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária ou de seus créditos adicionais, desde que mantenha a mesma codificação e não modifique a finalidade ou a sua abrangência geográfica.

Art. 12 - O Poder Executivo fica autorizado a:

I – Alterar o órgão responsável pelas ações;

II – Adequar a meta física da ação para compatibilizá-la com alteração no seu valor, produto, ou unidade de medida, efetivadas pelas leis orçamentárias anuais e seus créditos adicionais ou por leis que alterem o Plano Plurianual.

CAPÍTULO III DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 13 - O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico instituirá o Sistema de Informação, Acompanhamento, Controle e Avaliação do Plano Plurianual 2018-2021.

Art. 14 - Os Órgãos do Poder Executivo responsáveis pelas ações, nos termos do Anexo II desta Lei, deverão manter atualizados, durante cada exercício financeiro, de forma estabelecida pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico as informações referentes à execução física e financeira das ações sob sua responsabilidade.

Art. 15 - O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade no acompanhamento e avaliação do Plano de que trata esta lei.

Art. 16 - A Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico garantirá o acesso, pela Internet, às informações constantes do sistema de acompanhamento, controle e avaliação.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17 - O Poder Executivo divulgará, pela Internet, pelo menos uma vez em cada um dos anos subsequentes à aprovação do Plano, a ocorrência de alterações ocorridas.

Ar. 18 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Jonas Gurgel, Caraúbas/ RN, 28 de dezembro de 2017

ANTÔNIO ALVES DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado por:

Antonio Alves da Silva

Código Identificador:B349B403

SECRETARIA DE GOVERNO LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

GABINETE DO PREFEITO

CNPJ N.º 08.349.102/0001-2

LEI MUNICIPAL Nº 1199/2017. DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º. – Esta Lei Estima a Receita e fixa a despesa do Município de Caraúbas-RN para o exercício financeiro de 2018, compreendendo, nos termos do § 5º do art. 165 da Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 e Lei de Diretrizes Orçamentárias o orçamento fiscal e da seguridade social referente aos Poderes Executivo e Legislativo, da administração direta municipal incluindo seus fundos especiais.

Art. 2º. O Orçamento Total dos Poderes do Município e seus Fundos Especiais para o exercício de 2018, discriminado nos anexos desta Lei, estima a receita e fixa a despesa em **R\$ 48.800.000,00 (quarenta e oito milhões oitocentos mil reais)**.

TÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL CAPÍTULO I

DA ESTIMATIVA DA RECEITA TOTAL

Art. 3º. A Receita Orçamentária, a preços correntes, e conforme a legislação tributária vigente é estimada em **R\$ 48.800.000,00 (quarenta e oito milhões oitocentos mil reais)**.

Art. 4º. As Receitas são estimadas por Categoria Econômica.

Art. 5º. A Receita será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento constante na tabela I.

TABELA I

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1 – RECEITAS CORRENTES	52.523.515,73
1.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.326.355,71
1.3 - Receita Patrimonial	307.651,82
1.7 - Transferências Correntes	49.888.458,82
1.9 - Outras Receitas Correntes	31.050,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	2.051.150,29
2.4 - Transferências de Capital	2.051.150,29

9 – DEDUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (FUNDEB)	5.774.666,02
DEDUÇÃO PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	5.774.666,02
TOTAL RS	48.800.000,00

CAPÍTULO II

DA FIXAÇÃO DA DESPESA TOTAL

Art. 6º. A Despesa total fixada no valor **R\$ 48.800.000,00 (quarenta e oito milhões oitocentos mil reais)**, será desdobrada nos seguintes agregados:

I – Orçamento Fiscal em **R\$ 31.610.00,00 (trinta e um milhões seiscentos e dez mil reais)**

II – Orçamento da Seguridade Social, em **R\$ 15.000.00,00 (quinze milhões reais)**.

Parágrafo Único – A Reserva de Contingência será no valor de **R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais)**, será utilizada de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, cujo recurso tem como destinação a abertura de créditos adicionais.

CAPÍTULO III

DA DISTRIBUIÇÃO DE DESPESA POR ÓRGÃO

Art. 7º. A Despesa fixada à conta de recursos previsto no art. 3º desta Lei será executada, orçamentária e financeiramente, observada a discriminação na tabela II, apresentada a seguir:

TABELA II

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL RS	%
01	PODER LEGISLATIVO	1.800.000,00	3,68%
1001 - Câmara Municipal		1.800.000,00	3,68%
02	MUNICÍPIO DE CARAÚBAS	32.000.000,00	65,79%
2001 - Secretaria de Governo		1.000.000,00	2,05%
3001 - Procuradoria Geral do Município		150.000,00	0,31%
4001 - Controladoria Geral do Município		210.000,00	0,43%
5001 - Secretaria Municipal de Administração		3.200.000,00	6,56%
6001 - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico		150.000,00	0,31%
7001 - Secretaria Municipal de Finanças		1.400.000,00	2,87%
8001 - Sec. Munic. Desenv. da Educ. e Desporto		19.500.000,00	39,96%
10001 - Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Serviço Público		3.500.000,00	7,17%
11001 - Secretaria Municipal de Política de Campo e Meio Ambiente		1.500.000,00	3,07%
13013 - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo		1.000.000,00	2,05%
9.999 - Reserva de Contingência		390.000,00	0,80%
03	FUNDO MUN. DE SAÚDE	12.500.000,00	25,61%
9001 - Fundo Municipal de Saúde		12.500.000,00	25,61%
04	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.500.000,00	5,12%
12001 - Sec. Munic. de Trab. e Assistência Social		2.500.000,00	5,12%
TOTAL GERAL RS		48.800.000,00	100%

CAPÍTULO IV

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO

Art. 8º. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) do valor constante no Artigo 2º na presente Lei, nos termos do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, excetuando-se as despesas com pagamento da dívida pública e despesas de pessoal;

II – realizar operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria;

III – utilizar a reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e demais créditos adicionais, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018;

IV – realizar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, em decorrência da alteração na estrutura dos órgãos da administração direta e seus fundos e para atender às necessidades de execução orçamentária;

V – realocar saldos dentro da mesma categoria de programação, criando, quando necessário, novos elementos de despesa;

VI - realizar repasses para instituições privadas, âmbito dos Programas Municipais, conforme os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, mediante convênio;

VII - promover durante a execução do orçamento de 2018, a movimentação das fontes de recursos constantes da lei orçamentária anual, previstas na arrecadação de receitas e fixação das despesas, podendo incluir novas fontes não previstas na arrecadação de receitas e fixação das despesas.

Parágrafo único: as transferências de recursos realizadas entre fontes/destinação de recursos não caracterizam abertura de crédito suplementar.

CAPÍTULO V

DO REPASSE AO LEGISLATIVO

Art. 9º. O poder Executivo é obrigado a repassar mensalmente para a Câmara Municipal 7% (sete) por cento da Receita resultante de impostos e transferências efetivamente arrecadadas no ano imediatamente anterior ao do repasse.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º. O poder, o órgão ou entidade que use sistemas financeiro distinto utilizado pelo Poder Executivo deverá enviar a este, no prazo máximo de até quinze dias após o término de cada bimestre, todos os dados de sua contabilidade que se façam necessários à elaboração e à publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO (Art. 7º, da Resolução nº 020/2016-TCE), para fins de consolidação das contas públicas do ente municipal.

Art. 11º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo os seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Caraúbas-RN, em 28 de dezembro de 2017.

ANTÔNIO ALVES DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado por:

Antonio Alves da Silva

Código Identificador:73632287

SECRETARIA DE GOVERNO

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2017 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13030001/2017

Pelo presente instrumento público, os signatários infime assinados, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104 – Centro – Caraúbas/RN, CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **ANTÔNIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade de nº 1.332.227-ITEP/RN, inscrito no CPF/MF sob nº 791.638.744-15, residente na Rua Hugolino de Oliveira, 379, Leandro Bezerra, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **LUCAS VINÍCIUS JÁCOME GURGEL-ME**, CNPJ: 15.232.217/0001-02, com sede na Avenida Salgado Filho, 1559, Tirol, CEP: 59.015-000, Natal/RN, neste ato representada pelo Sr. **LUCAS VINÍCIUS JÁCOME GURGEL**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 1912343-SSP/RN, inscrito no CPF nº 008.638.624-70, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo de *aditamento contratual com escopo no inciso II combinado com o § 2º do Art 65 da Lei nº 8.666/93*, Lei Federal nº 10.520/02 e demais normas aplicáveis à espécie, ao qual as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições: